

NOVAS PERSPECTIVAS ORIGINADAS NA NECESSIDADE DE UMA FORMAÇÃO SUPERIOR EM LÍNGUA INDÍGENA EM RORAIMA

¹Paulo Fernando de Lucena Borges Ferreira

²Ananda Machado

RESUMO: Este estudo tem por interesse basal compreender novas perspectivas na necessidade de uma formação superior em Língua Indígena em Roraima. Para relacionar esse fenômeno com essa nova necessidade formativa, o texto, que teve metodologia de perfil misto (quantitativa, análise de conteúdo e qualitativa), fundamentou em autores que já possuem estudos sobre o assunto. No contexto da análise de conteúdo, fora descrita essa contextualização com a Coordenadora do Núcleo de Educação a distância – NeaD/UFRR e no perfil quantitativo de pesquisa, foram acrescentados dados originados de questionário aplicado a uma das turmas do Instituto de Formação Superior Indígena – Insikiran. Compreender a necessidade de um Curso de Formação Superior em Língua Indígena em Roraima surge como um recurso para a revitalização, manutenção e permanência desse traço da identidade cultural dos povos nativos, diversificadamente constituídos, do Brasil. Ainda pode criar oportunidades para a efetivação de direitos desses povos originários da Panamazônia.

Palavras-chave: Línguas Indígenas. Formação Superior. Multiculturalismo Lingüístico. Educação a distancia.

RESUMEN: Este estudio tiene por interés basal comprender nuevas perspectivas en la necesidad de una formación superior en Lengua Indígena en Roraima. Para relacionar ese fenómeno con esa nueva necesidad formativa, el texto, que tuvo metodología de perfil mixto (cuantitativa, análisis de contenido y cualitativa), fundamentó en autores que ya poseen estudios sobre el tema. En el contexto del análisis de contenido, se describió esa contextualización con la Coordinadora del Núcleo de Educación a distancia - NeaD / UFRR y en el perfil cuantitativo de investigación, se añadieron datos originados de cuestionario aplicado a una de las clases del Instituto de Formación Superior Indígena - Insikiran . Comprender la necesidad de un Curso de Formación Superior en Lengua Indígena en Roraima surge como un recurso para la revitalización, mantenimiento y permanencia de ese rasgo de la identidad cultural de los pueblos nativos, diversificadamente constituídos, de Brasil. Todavía puede crear oportunidades para la efectividad de derechos de esos pueblos originarios de la Panamazonia.

Palabras clave: Lengas Indígenas. Formación superior. Multiculturalismo Lingüístico. Educación a distancia.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem por interesse e objetivo compreender a necessidade da criação de Cursos Superiores de Línguas Indígenas. Esta proposta surge no sentido de pensar possibilidades de disponibilizar Cursos de Formação Superior de Línguas Indígenas, assumindo assim um novo posiciona-

1 Bacharel em Direito (FACES), Pedagogo (FACEL), Licenciado em Letras Português/Espanhol (FATEUNI) e Especialista em Atendimento Educacional Especializado – AEE e Educação Inclusiva (IPEMIG). Especialista em Educação e Formação Indígena (INE), Mestrando turma 2018.1 no Programa de Mestrado em Letras da Universidade Federal de Roraima. E-mail: prof.lucenaferreira@gmail.com. ORCID: 0000-0003-1046-4573

2 Professora Doutora efetiva no Programa de Mestrado em Letras da Universidade Federal de Roraima. Doutorado em História Social (UFRJ), Mestre em Memória Social (UERJ), Licenciada em Artes Cênicas (UERJ), Especialista em Educação Indígena (Universidade Fluminense). E-mail: ananda.machado@ufr.br. ORCID: 0000-0002-3363-2587

mento da formação acadêmica e exercício cidadão de emancipação dos indivíduos que compõem esses núcleos sociais que são histórica e culturalmente diversificados.

Em respeito à diversidade de formação étnica de Roraima, mais especificamente relativa aos povos indígenas, a Universidade Federal de Roraima (UFRR) criou no ano de 2001, por meio Resolução 015/2001³, o Núcleo Insikiran que veio contribuir para a formação acadêmica e o exercício de uma cidadania intercultural que englobe direitos e liberdades já reconhecidos em demandas internacionais como o direito à vida, a livre determinação dos povos, à justiça, igualdade de tratamento e tutela diante da lei, liberdade de expressão, informação, direitos relativos às minorias étnicas, religiosas e linguísticas bem como a ao exercício e reconhecimento de sua própria cultura. Atualmente o Instituto Insikiran possui três cursos de graduação, a saber: Licenciatura Intercultural, criado no ano de 2001; Curso de Bacharelado em Gestão Territorial Indígena, em 2009 e o Curso de Bacharelado em Gestão de Saúde Coletiva Indígena, criado no ano de 2012. Todos estes cursos são ministrados por meio de aulas presenciais na capital de Roraima, Boa Vista. Deve ser considerado que a maioria destes acadêmicos é de origem de comunidades indígenas nas mais diferentes partes do Estado, havendo necessidade de que empreguem investimento financeiro com transporte ou ainda habitação, para cursarem suas graduações.

Atender essa demanda superior de formação acadêmica aos povos indígenas é reconhecer que estes povos possuem características socioculturais específicas, não podendo ser generalizadas pela individualidade, mas abrangendo de maneira ampla, seus direitos coletivos, surgindo nesse momento à possibilidade de pensar Estados Interculturais, onde se privilegie e se valore contextos de diversidades culturais e elementos diferenciados de construção social (REPETTO, 2008).

Para sistematização dos dados buscamos trazer, além das proposições teóricas acerca da Educação à distância, da Formação Superior Indígena e da Língua indígena, uma pesquisa de campo com narrativas de professores do Insikiran/UFRR que vem trabalhando com as Línguas indígenas no sentido de proporcionar maior compreensão do cenário em estudo.

Compreender as demandas de Formação Superior em Língua Indígena em Roraima amplia o olhar para as possibilidades que podem ser evidenciadas haja vista que não existem ainda graduações com este teor, tendo somente sido disponibilizado cursos de extensão acadêmica por professores falantes de línguas indígenas locais. Todavia, essa investigação junto com as ações já realizadas no Insikiran pode possibilitar uma visão mais ampla sobre o direito de acesso à Formação Superior dos povos indígenas de Roraima dentro das suas realidades multiculturais. Ainda serve para despertar o interesse para que sejam feitos outros estudos que oportunizem discussões sobre este assunto.

ESTADO DA ARTE

Muitos estudos têm sido desenvolvidos sobre a temática indígena no momento histórico atual. No entanto, isso não quer dizer que estes mesmos estudos correspondam a tudo aquilo que ainda deve ser questionado e problematizado nas amplas questões de alteridade desses povos locais e tradicionais em Roraima. Romanowski e Ens (2006) informam que a literatura acadêmica tem assumido a responsabilidade de compreender e traduzir transformações em diferentes campos do conhecimento, avaliando diferentes cenários, sejam eles conflitantes ou não. Dessa forma, o Estado da Arte (ou do Conhecimento, como alguns autores conceituam), significa diferentes contribuições no campo teórico identificando “aportes significativos da construção da teoria e prática”, am-

³ Universidade Federal de Roraima. Instituto de Formação Superior Indígena Insikiran – “Apresentação”. Disponível em: <http://ufr.br/insikiran/index.php?option=com_content&view=article&id=60&Ite>. Acesso em 29 de mar. de 2018

pliando conhecimento sobre diferentes temas e realidades aos quais são compreendidos por meio de pesquisa e aprofundamento teórico com publicações de estudiosos, já publicados, sobre estes assuntos. Isto pode favorecer uma melhor identificação e compreensão sobre como a produção do conhecimento em teses, dissertações e artigos de periódicos especializados têm se apresentado conhecimento científico sobre determinado assunto ou tema (ROMANOWSKI; ENS, 2006, p.39).

Visando compreender melhor como estão sendo desenvolvidos os estudos sobre a temática objeto desta investigação, foram estabelecidos os seguintes critérios de pesquisa: 1. *Formação Superior em Línguas Indígenas*. Tal variável foram averiguadas na produção de dissertações nos seguintes Programas de Pós-graduação públicos, em nível de Mestrado sendo dois na Universidade Federal de Roraima – UFRR e um na Universidade Estadual de Roraima – UERR: 1. Programa de Pós-graduação em Letras – PPGL/UFRR.

Em se tratando do PPGL/UFRR, realizamos a investigação partindo de dissertações disponíveis no site do programa.

Quadro 1 – Produção de dissertações conforme a investigação sobre a temática indígena e os critérios de pesquisa por ano no PPGL/UFRR.

PPGL/UFRR ⁴		
2011	2 de 2 dissertações	100% do total
2012	4 de 13 dissertações	30,8% do total
2013	3 de 8 dissertações	37,5% do total
2014	2 de 14 dissertações	14,3% do total
2015	3 de 13 dissertações	23,1% do total
2016	3 de 10 dissertações	30% do total
2017	7 de 18 dissertações	38,9% do total
2018	6 de 9 dissertações	66,7% do total

Fonte: Elaboração do autor (2018).

Dessa observação, se pôde compreender que a prevalência de eixos temáticos no PPGL/UFRR são nas seguintes áreas de conhecimento: a) Literatura regionalística; b) Literatura Transfronteiriça (Venezuela – Brasil – Guiana); c) Identidade Cultural; d) Hibridismo Cultural e, Linguística. Percebemos que a UFRR, por todo o seu processo histórico pioneiro de estabilidade e estrutura acadêmica tem dado maior visibilidade por meio de seus mestrados pesquisadores ao contexto da temática indígena em seus programas de Pós-graduação. Sendo que esta análise em Estado da Arte se tratou apenas das dissertações do banco de dados do PPGL e PPGSOF, ambos da UFRR. Mesmo relacionando essas pesquisas com alguns cenários muito importantes, tal qual os que foram abordados pelos mestrados do PPGL, ainda não houve nenhum trabalho que tivesse um direcionamento mais concreto para a proposta de investigação aqui apresentada. nesses programas de mestrado que tratassem sobre a Formação Superior Indígena, o que torna esse estudo inovador e autêntico. Também soma-se a um interesse pessoal, uma vez sendo eu indígena deste mesmo povo.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A POLÍTICA BRASILEIRA DE FORMAÇÃO SUPERIOR INDÍGENA

A política nacional com viés de formação superior por meio de diferenciados conteúdos em território nacional é baseada no Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas –

⁴ **Dissertações Programa de Pós-graduação em Letras – PPGL/UFRR.** Disponível em: <http://ufr.br/ppgl/index.php?option=com_content&view=article&id=290&Itemid=291>. Acesso em 02 de out. 2018.

RCNEI. São diretrizes e orientações fundamentais para o trabalho com diferentes áreas do saber com propósito de formação nas escolas indígenas inseridas no Ensino Fundamental. Conforme prevê o Ministério da Educação, o RCNEI tem por finalidade oferecer bases orientadoras para o desenvolvimento de programas de educação escolar no contexto indígena, atendendo aos seus próprios interesses e peculiaridades. No entanto, este contexto, não pode, ou não deveria afastar-se de princípios como pluralidade cultural e equivalência de tratamento para os cidadãos como um todo. Tal posicionamento também deve ser fundamento para a elaboração de material didático para a formação de professores indígenas (BRASIL, 1998).

Paladino (2012) constata hoje no Brasil a existência de 26 cursos de Licenciaturas Interculturais, funcionando junto às Universidades Públicas, todos financiados pelo Ministério da Educação, exclusivamente para a formação de professores, mas isso pode ser ampliado, contemplando até mesmo a Educação a Distância. Surgem, aos poucos, bacharelados específicos, como por exemplo, em Gestão Territorial Indígena, bem como Faculdades Interculturais. Outra forma que possibilita a presença de estudantes no ensino superior é propiciada por políticas de cotas, que se materializa em fomentar o ingresso por meio de reserva de vagas, bem como bônus que consiste em acréscimo de pontos nos processos seletivos e vagas suplementares em cursos regulares e convencionais.

Nesse movimento de descoberta se reconhece a própria cultura como algo que está posto dentro de um processo de modificação construtiva de um processo histórico, aumentando a verificação que os “direitos individuais e coletivos diversificados” são direitos históricos, cuja gênese está fecundada nas experiências vividas por um núcleo social através dos tempos (BOBBIO, 1992, p. 18). Pode-se compreender que há um grande interesse dos povos indígenas pelo ensino superior, relacionando essa demanda com a aspiração coletiva de enfrentar as condições de vida e marginalização. A educação superior pode servir, portanto como:

[...] ferramenta para promover suas próprias propostas de desenvolvimento, por meio do fortalecimento de seus conhecimentos originários, de suas instituições e do incremento de suas capacidades de negociação, pressão e intervenção dentro e fora de suas comunidades (BANIWA, 2010, p.8).

Conforme Baniwa (2010) a universidade como aliada na afirmação, partilhando da crença que há, no olhar estimado do outro, a possibilidade de construir ou reforçar a autoestima coletiva dos povos ameríndios, reforçando assim as suas identidades étnico-culturais.

Compreender as implicações necessárias às especificidades dos povos e suas culturas e trazer ao debate a desconstrução de um paradigma homogeneizante que cria uma falácia que todos seriam iguais. Seria um equívoco não levar em consideração que há diferentes características cognitivas e culturais estando desigualmente distribuídas (CANCLINI, 2004).

Respeitar essas individualidades é respeitar nosso próprio mundo. Nossa individualidade não teria existência se o outro não a criasse. A distância para compreender inicia “o processo dialógico”. Conhecer é reconhecer a presença do outro: a compreensão sempre é, em certa medida, dialógica (BAKTHIN, 1992, p. 55).

A formação superior indígena abrange a necessidade de uma formação superior de qualidade aos professores indígenas que possibilite uma inserção em suas culturas de modo a defender, disseminar e possibilitar a propagação de uma identidade indígena mais plena e carregada de sentimento de cultura própria e preservação de tradições que permeiam longos processos históricos.

NOVAS PERSPECTIVAS FORMADORAS NA EDUCAÇÃO INDÍGENA A DISTÂNCIA

Em tempos atuais existem povos indígenas de difícil acesso estando ainda aquém do desenvolvimento de grandes centros urbanos. Devido a esta realidade vivenciada pelos indígenas, se faz necessário à utilização o sistema de ensino a distância para formação acadêmica dentro de comunidades. Segundo Alvarez (2004):

O CDI - Comitê para democratização de Informática trabalha em comunidades de baixa renda com instituições que atendam públicos com necessidades especiais como [...] a população indígena. O domínio das novas tecnologias e abre oportunidades de trabalho e de geração de renda e a possibilidade de sociabilidade (ALVAREZ, 2004, p.18).

A exemplo desta necessidade de formação dentro das especificidades indígenas há uma grande demanda de formação de conhecimento por meio de educação à distância. Pode-se citar o projeto Trilhas de Conhecimentos: o ensino superior de indígenas no Brasil/LACED-Museu Nacional/ Universidade Federal do Rio de Janeiro, que foi criado pela Coordenação Geral de Educação Escolar Indígena – CGEEI/SECAD-MEC desde 2009 vem disponibilizando conteúdos para curso de aperfeiçoamento dentro de metodologia de Educação à Distância. Os recursos são provenientes do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE e da Pathways to Higher Education Initiative/Fundação Ford⁵.

O curso destina-se a capacitar gestores e técnicos de secretarias municipais e estaduais de educação, assim como de universidades que estejam atuando na formação superior de indígenas. Em sua estrutura, o curso contará com três disciplinas de 30hs cada, num total de 90hs, com textos básicos, textos e vídeos auxiliares em uma biblioteca a ser disponibilizada pelos alunos, acompanhados por tutores treinados especificamente para atender ao público participante.

O Curso é disponibilizado por meio de plataforma disponibilizada por meio acesso em internet bem como em CDs-Rom, para aqueles que não tiverem acesso com facilidade à rede mundial de computadores. Todo desenvolvimento da formação é acompanhada com a ajuda de tutores on-line. O Curso possui certificação reconhecida pelo MEC⁶.

Essas possibilidades apresentadas com a internet devem e podem ser utilizadas para uma melhor e adequada formação aos indígenas, pois os interessados não necessitam se deslocar até sedes de município ou cidades vizinhas para irem à faculdade. Ali, no ambiente de suas comunidades essa formação pode se formalizar e se efetivar. Para se compreender as dificuldades enfrentadas quanto à questão da formação superior e o papel dela nas comunidades devemos compreender as necessidades de melhoramento e adequação desta mesma formação com relação às especificidades presentes nos direitos e multiculturalismos destas sociedades diversificadas, as quais não se pretende evidenciar, neste estudo como minorias.

O Parecer n.º 14 da Câmara da Educação Básica – CEB do Conselho Nacional de Educação – CNE (BRASIL, 1999, p.14) descreve que a formação do professor indígena deve se dar de acordo com a “sua própria escolarização”. Esse parecer observa que a formação do professor indígena pressupõe o comprometimento com um currículo de formação diferenciada adequada às suas especificidades, formação multiculturalizada e processo histórico de desenvolvimento baseado em elementos de etnicidade. Essa formação deve, portanto, abranger, necessariamente:

⁵ Texto retirado com adaptações do site Trilhas do Conhecimento. Disponível em: <http://www.trilhasdeconhecimentos.etc.br/curso_distancia.htm>. Acesso em 28 de mar. de 2018.

⁶ *Idem*.

- Capacitação para a elaboração de currículos e programas de ensino específicos para as “Escolas indígenas”; - Capacitação para produzir material didático-científico; - Capacitação para um ensino bilíngue, o que requer conhecimento em relação aos princípios de Metodologia de ensino de segundas línguas, seja a segunda língua em questão a língua portuguesa ou a língua indígena; - Capacitação sociolinguística para o entendimento dos processos históricos de perda da linguística, quando pertinente; - Capacitação linguística específica, vez que, de maneira geral, cabe a este profissional a tarefa de liderar o processo de estabelecimento de um sistema ortográfico de língua tradicional de sua comunidade; - Capacitação para a condução de estudos de cunho linguístico e antropológico, uma vez que este profissional, enquanto necessariamente, autor e condutor dos processos de elaboração de materiais didáticos para as escolas indígenas, devem ser capazes de: a) realizar levantamentos de literatura indígena tradicional e atual; b) realizar levantamentos étnico-científicos; c) lidar com o acervo histórico do respectivo povo indígena; d) realizar o levantamento sócio-geográfico de sua comunidade (BRASIL, 1999, p.14).

Tardif e Lessard (2011, p.39), descreve que os saberes são elementos constitutivos da prática docente, nesse sentido o professor é alguém que deve conhecer e conter os conteúdos “[...] da matéria, sua disciplina e seu programa, possuindo ainda conhecimentos pré-constituídos com relação à educação e à pedagogia”.

Compreender essas realidades possibilita que as atividades pedagógicas voltadas ao aprendizado e a formação se desenvolvam de maneira prática e contínua, de maneira aplicada e objetiva. A prática docente não é apenas um objetivo de saber das ciências da educação, mas é uma atividade que mobiliza diversos saberes denominados pedagógicos e estes segmentos que são provenientes de reflexão sobre a prática educativa e articulam-se com as ciências da educação. Zeichner (1993, p. 73-74), observa que a necessidade de quem em diversas culturas indígenas nos Estados Unidos da América, deveria haver uma formação necessariamente intercultural que se adeque as diferenças e especificidades de cada contexto o qual se apresenta:

A necessidade de ajudar todos os professores a adquirirem as atitudes os saberes e as capacidades essenciais para o desenvolvimento de um trabalho eficiente junto de uma população estudantil variada [...], a ensinarem eficientemente alunos diferentes entre si [...], neste sentido, o ensino vai implicar uma importante comunicação intercultural (ZEICHNER, 1993).

Os desafios voltados à preocupação com a formação de professores que atendam a comunidade indígena, mais especificamente os professores indígenas encontra ainda muito por ser feito, muito por ser efetivado. Para que essas necessidades e formalizações, já fomentadas por entendimentos de estudiosos sociais, antropólogos, pedagogos e outros conhecedores de diversos e diferentes campos de conhecimento, se concretize com qualidade e com a devida aplicação social, enobreceria os direitos humanos e garantias constitucionais de preservação da cultura e o acesso à educação. Ainda deve ser levado em consideração, quanto a estes aspectos de multiculturalismo, que a valorização dessas compreensões e diversificações de conteúdos de formação, não poderiam ser comparadas com perspectivas de “temáticas indígenas” como tema de modismos, conceitos e paradigmas que mais afastam que integralizam essas sociedades.

Sobre isto Paulino (2008) pontua:

Esta valorização do “conhecimento indígena” não pode ser confundida com “interculturalidade”. De acordo com esta análise, o fato de as provas terem alusões aos indígenas em quase todas as suas questões (com certa dose mítica) não torna necessariamente o vestibular “intercultural” (como foi classificado, com certa frequência, pelos entrevistados). Ao partir de uma perspectiva de interculturalidade em que uma cultura não se sobrepõe à outra, a ponto de o modelo de prova do vestibular tradicional permaneceu, modelo este

que abarca, como já foi dito, os valores de uma cultura dominante. Fornecer-lhe outra roupagem sem que se mude a sua substância não parece uma perspectiva intercultural em que, tenham igual peso culturas distintas (admitimos que seja difícil pensar em qualquer tipo de processo seletivo deste tipo que consiga tal feito) (PAULINO 2008, p.56-57).

Ainda é bem presente às diferenças da valorização da formação entre indígenas e brancos. Baniwa (2009) identifica que profissionais e intelectuais indígenas encontram resistências:

Hoje os acadêmicos e profissionais indígenas sofrem dupla exclusão ou discriminação. São percebidos como ameaças aos postos de lideranças indígenas e ameaças aos postos de assessorias e consultorias para questões indígenas entre os dirigentes e equipes técnicas das ONGs. Em função disso são excluídos dos processos de discussões, de espaços de tomadas de decisões e dos espaços de execução e ações e políticas. Quando a ameaça é mais eminente e real, a justificativa para garantir o trabalho e o salário dos assessores não-indios é a concorrência pela qualidade técnico-científico, além é claro do tempo de experiência, sabendo-se que os indígenas egressos das universidades ainda não dispõem desses requisitos e se não lhes forem dados oportunidades o que poderia ser com a legítima justificativa de domínio do notório saber, tão cedo não terão condições de concorrer de forma igualitária com os não-indios, uma vez que ainda levarão tempo para ter seus primeiros especialistas reconhecidos nacional ou internacionalmente, mestres e doutores (BANIWA, 2009, p. 8-9).

Esses desafios voltam-se também para a necessidade de que estas formações ainda devem criar oportunidades de correlacionar conhecimentos diversificados com aquele, proporcionalmente ao conhecimento necessário ao contexto que irá ser aplicado, pois cada comunidade indígena, suas formações e suas afirmações, estão inevitavelmente construídas nas especificidades de suas identidades, como anteriormente já contemplado neste estudo:

Mesmo com um número significativo de profissionais indígenas habilitados, as oportunidades e os espaços estratégicos no âmbito interno do movimento indígena e no âmbito das políticas públicas continuam sendo ocupadas por profissionais não indígenas especialmente ligadas às ONGs indigenistas na maioria das vezes com apoio das próprias organizações indígenas. A justificativa é sempre que os indígenas não estão suficientemente preparados e qualificados para exercer tais tarefas, pois os cursos universitários não dão conta disso, o que pode ser verdade, mas que poderia ser complementado com cursos específicos, aliás, como fazem para suas equipes técnicas os não indígenas que também saem das universidades com as mesmas deficiências na formação (BANIWA, 2008).

A formação superior à distância pode ser um meio de levar conhecimento aos mais diversos locais e localidades dentro dos contextos culturais apresentados neste estudo. Ainda assim, essas políticas pedagógicas devem construir e consolidar essa realidade. O papel das Universidades nacionais e Centros Acadêmicos sejam eles públicos ou pertencentes às redes privadas é identificar e viabilizar o acesso de indígenas à educação superior assim como de outros grupos étnicos e sociais em condições desigualdade, precisando urgentemente que essas instituições possam ir além dos mecanismos comuns para disponibilização de vagas. Se, por um lado, as ações afirmativas são vantajosas, pois representam uma oportunidade que de outra forma os indígenas, por exemplo, não teriam acesso à formação superior, de outra banda, haveria um nobre reconhecimento de preservação de contextos e constituição históricos socioculturais diversificados.

A RECENTE DEMANDA POR UMA FORMAÇÃO EM LÍNGUA INDÍGENA NA MODALIDADE À DISTÂNCIA EM RORAIMA

Ao iniciarmos a nossa análise, destacamos que os questionários da pesquisa foram entregues a PROEG/UFRR, ao NeaD/UFRR e ao Insikiran/UFRR. Acompanhado do questionário entre-

gamos os seguintes documentos: 1-Solicitação de Autorização Institucional para o Desenvolvimento de Pesquisa (Comitê de ética); 2. Termo de Consentimento e Livre Esclarecimento; 3. Cópia de Espelho do Protocolo de Pesquisa deste Projeto encaminhado à Plataforma Brasil; 4. Cópia do Presente Projeto de Pesquisa e, 5. Questionário.

Neste momento traremos algumas informações referentes à PROEG/UFRR e ao questionário respondido pelo NEaD/UFRR. Referente à PROEG/UFRR, ao entregarmos o questionário e os documentos, fomos informados que este setor não era objeto da pesquisa, pois somente coletava demandas dos Centros Acadêmicos ou de outros departamentos que tiverem interesse em implantar cursos na UFRR e após uma análise de interesse e viabilidade, fazem um parecer técnico sobre o assunto. Os responsáveis do setor foram muito enfáticos em dizer que não teriam como prestar outros esclarecimentos, nem preencher nenhum documento ou questionários que pudesse compor a pesquisa, pois, segundo estes, o “setor não poderia ser parte na pesquisa”. Dessa forma, mesmo estando dentro do universo de pesquisa, não foram coletados dados satisfatórios na PROEG/UFRR sendo ela descartada da pesquisa.

No que se refere ao NEaD/UFRR, destacamos que o questionário foi respondido no dia 20 de dezembro de 2018 pela coordenadora do setor. Os dados coletados no questionário possibilitaram organizar nossa análise em algumas categorias e subcategorias.

	CATEGORIA	SUBCATEGORIAS
1.	Atribuições administrativas	- Competência - Desempenho
2.	Cenários Geradores	- Vetores Motivacionais - Demandas criadoras
3.	Cenários Construtores	- Viabilidades -Possibilidades evidenciadas

Com base nestas categorias faremos uma breve discussão do que foi apresentado no questionário respondido pela coordenadora do NEAD adentrando em pontuações referentes ao objetivo proposto nesta investigação.

ATRIBUIÇÕES ADMINISTRATIVAS

Ao tratarmos da categoria Atribuições Administrativas, percebemos que no Ensino Superior, segundo Vallaeys (2006), a universidade detém a responsabilidade de promover o mais alto nível de qualificação dos indivíduos que compartilham de suas estruturas e ambientes de ensino em nível técnico, científico e humano. Assim sendo, possui um papel altamente significativo para a formação cidadã de indivíduos mais participantes em sociedade.

Como já informado anteriormente, conforme Resolução incisos I e II do Art. 2º da Resolução nº 005/2011-CUni recai sobre o NEaD a responsabilidade de estimular, assessorar e dar consultoria (interna e externa) ao “desenvolvimento de projetos e produtos” para a Educação assistida por TICs, nas modalidades presencial, semipresencial e à distância; e emitir parecer técnico, quando solicitado, sobre a viabilidade de oferta de disciplinas ou cursos à distância (UFRR, 2011, p. 02).

Em resposta ao questionário entregue a Coordenadora do referido setor objeto de estudo, informou que suas atribuições tratam de “acompanhar as atividades pedagógicas nos cargos do NEaD –

Capacitação de Professores e Tutores, avaliação de Cursos, Planejamento e acompanhamento de videoconferências (RAMOS, 2018).

Destacou ainda sobre as **Competências** do EAD para as Instituições de Formação Superior no Brasil, destaca que *“tal modalidade de ensino e aprendizagem pode favorecer a formação profissional a cidadãos que moram em regiões periféricas de modo menos oneroso para essas organizações de formação acadêmica”* (RAMOS, 2018). A Resolução de n.º 005/2011-CUni estabelece no § 1º de seu artigo 9ª, que, entre outras competências, o Coordenador do NEaD tem por competência:

[...] f) orientar, acompanhar e supervisionar as atividades das demais coordenações e da secretaria de acordo com as normas estabelecidas pelo Estatuto e Regimento Geral da UFRR;

[...] h) coordenar atividades de integração e articulação entre cursos à distância com a comunidade acadêmica da UFRR;

[...] l) subsidiar as demais Coordenações nas ações que lhes compete; (UFRR, 2011).

Tratando sobre competências administrativas funcionais, Rey *et al* (2005) declara que trata da união entre a atribuição, o conhecimento e o efetivo exercício funcional de um profissional. Ocorre quando este mesmo profissional efetivamente trabalha de modo a atuar integrando atividades de execução de uma tarefa com capacidades necessárias ao atendimento de determinada demanda.

Perrenoud (2003) esclarece ainda que essa competência deve atuar de maneira a correlacionar atitudes administrativas educacionais para uma ampla abrangência de possibilidades e cumprimento de metas estabelecidas dentro de suas atribuições, pois desse modo não se abandonam setores nem determinados grupos aos quais são liderados por esse profissional. A comunicação e o diálogo tanto entre setores como entre os recursos humanos presentes na gestão devem permitir amplo exercício administrativo e profissional.

Assim, a Coordenação do NEad deve integrar ações e políticas de formação que atendas a diferentes demandas entre diferentes coordenações dentro da UFRR, articulando estratégias pedagógicas, administrativas, no que lhe compete para promover o ensino a distância nesta instituição. Conforme o bem demonstrado por Ramos (2018), isto já tem ocorrido dentro das possibilidades que a instituição tem facultado ao setor.

A EAD, conforme explica Fernandes (2014) tem viabilizado formação acadêmica de qualidade às minorias que nem sempre encontram possibilidade formativa que fosse de outra forma. Some-se a este fato, outro, que essa modalidade de ensino e aprendizagem atua como uma rede promotora da emancipação de seus participantes que não encontravam oportunidade de acesso a aprimoramento ou formação profissional que atendesse às suas demandas por qualificação profissional.

Assim, assumindo esse papel cidadão, o **Desempenho** social e profissional de uma instituição de formação superior, a UFRR, por meio do NEaD, de acordo com a narrativa de sua Coordenadora *“tem disponibilizado até 20% da carga horária de disciplinas das grades acadêmicas na modalidade a distância e ainda alguns cursos de graduação neste mesmo perfil”* (RAMOS, 2018). Isto amolda-se àquilo que Severino (2008) relaciona ao dizer que recai sobre os ombros das universidades a responsabilidade de viabilizar ferramentas para a produção de sujeitos autônomos protagonistas em suas realidades e com mais abrangentes visões de mundo.

No que se referente as demandas e possibilidades de um Curso EAD de Formação Superior indígena, Ramos (2018) destaca que: *[...] o NEaD ainda não possui um levantamento sobre uma demanda*

por parte de seus alunos sobre um Curso Superior em uma das Línguas Indígena de Roraima, mas seria possível a disponibilidade de um curso com essa finalidade, pois o setor tem parcerias com outras instituições”.

Sobre este contexto, Calderón (2006) afirma que as Universidades, enquanto instituição deve perceber possibilidades na busca de atender as mais diferentes necessidades de sua clientela, pois agindo desta forma, poderá atuar de maneira mais dinâmica e eficiente.

Mesmo atuando com grande empenho, Ramos (2018) admite que há muito ainda a ser feito visto que dentro do NEaD ainda não há uma estrutura para a realização de videoconferências, sendo estas feitas com ajuda da estrutura da UNIVRR “*No NEaD ainda não há recursos para a realização em tempo real de aulas que poderiam ser transmitidas para alunos de outras localidades*”, informou a Coordenadora.

Muito se tem feito pelo NEaD em relação a Formação Superior de alunos da UFRR, mesmo assim, ainda existem desafios a serem enfrentados no sentido de ampliar essa formação dentro da modalidade a distância.

CENÁRIOS GERADORES

Em vista as atribuições administrativas, o que percebemos na categoria **Cenários geradores** é que existem elementos que são potencializadores de criação. Assim, como bem esclarecido pela Coordenadora do NEaD, ainda não há um estudo, ou ainda não foi elaborado um estudo sobre a demanda de um curso de Formação Superior a distância para alunos indígenas do interior de Roraima. Contudo, dando vasão a essa questão e trabalhando com **Vetores Motivacionais**, pontuou que “*são repassadas ao setor as demandas de outros institutos e departamentos da UFRR, traçando diretrizes para a realização de cursos a distância em outras localidades gerando ações no NEaD para que isso se concretize*” (RAMOS, 2018).

Essas demandas, ou fatos geradores como o abordado por Hage (2014), aqui neste estudo considerados como vetores motivacionais, dizem respeito aos contextos que vão se apresentando na vivência acadêmica que sinalizam a necessidade de estratégias administrativas para a criação efetiva de políticas públicas de formação para suprir essas necessidades. Podem surgir, como bem discute o autor, da clientela acadêmica organizada, de setores da própria instituição, ou da sociedade civil.

É sobre esses vetores motivacionais que em alguma medida se tornam demandas criadoras (formação em suas comunidades de origem) que a formação superior a distância vem tratar, sobre mecanismos que viabilizem novos e dinâmicos cenários para essa clientela, criando possibilidades mais amplas de formação profissional. Como o dito por Pedone (1984) uma vez que considera que as demandas por ações e políticas públicas devem considerar o atendimento de diferentes comunidades, atuando na possibilidade de abranger de maneira o mais ampla possível de categorias humanas no intuito de não acarretar diferenciações na formalização de sua criação.

Essas demandas criadoras são a própria essência dos direitos sociais que se personificam por meio de atitudes de Estado com finalidade coletiva de modo a possibilitar um bem comum, visto que elas são o interesse de uma categoria por um determinado serviço o qual ainda não está disponibilizado pelo exercício pleno da administração pública (BUCCI, 2002). Sendo que é o Estado quem tem legitimidade e tem a responsabilidade de personificar essa política pública de atendimento às demandas sociais em suas entidades públicas, como a exemplo dessa demanda atual presente na UFRR (COMPARATO, 1998).

Tal realidade já tem se apresentado como um contexto que impulsiona ações administrativas e formativas do e no Instituto Insikiram para atender às demandas dos alunos, sejam eles indígenas ou não. No entanto, à medida que outras realidades vão se apresentando nas vivências acadêmicas outras demandas criadoras surgem de modo e terem necessidade recente de atendimento. Como a exemplo de uma formação a distância.

Sobre isto, a Coordenadora menciona como demanda criadora as dificuldades que impedem alunos de chegarem até a capital Boa Vista para obterem uma formação superior, no momento que aponta que as *“dificuldades mais presentes aos alunos que não tem conseguido vir até a capital de Roraima, Boa Vista, com o intuito de obterem uma formação superior são a falta de apoio logístico (moradia, trabalho, transporte). Esses são fatores que revelam a importância da criação dos cursos na modalidade à distância”* (RAMOS, 2018).

Isto é uma realidade de um presente momento, geradora de uma demanda que há que ser considerada pra UFRR, visando proporcionar políticas acadêmicas que possam suprir esse novo momento para a viabilização de contextos formativos mais amplos e diversificados.

No decorrer da criação dessa rede de formação Superior indígena na UFRR, o Insikiram passou a efetivar de maneira mais plena os moldes de sua estrutura acadêmica lançando seus cursos de graduação: Licenciatura Intercultural criado no ano de 2001, Curso de Bacharelado em Gestão Territorial em 2009 e o Curso de Bacharelado em Gestão de Saúde Indígena, criado no ano de 2012. Todos eles têm sido ministrados de forma presencial. Sendo que, mesmo no início de suas atividades Fernandes; Carvalho; Repetto (2009), conforme informações presentes em entrevista com alunos que não residiam em Boa Vista, destacaram como dificuldades para esses acadêmicos virem cursar uma graduação na sede do Instituto Insikiran, o fato de trabalharem nas comunidades, falta de transporte ou carona e local para permanência.

Moran; Masetto e Behrens (2003) entendem que a estrutura da Educação a distância permite a mesma formação presente no ensino presencial, só que com características diversificadas de aprendizagem, levando a localidades geográficas diferentes mecanismos para a criação de profissionais autônomos e atuantes. Isso também dignifica e harmoniza recursos e meios de profissionalização aos mais diferentes núcleos sociais e econômicos.

Deve ser considerado que Roraima é subdividido em 15 municípios e tem um território com 224 300,506 km² de área, sendo que aproximadamente 104.018 km² são áreas indígenas, representando quase metade (46,37%) do território desta unidade da federação, onde habitam mais de diferentes povos localizados em diferentes comunidades, em diversas extensões de terra. A maioria dos membros dessas comunidades não reside na capital do Estado, mas no interior deste (FRANK; CIRINO, 2010). Assim, pelo exposto, fica claro o entendimento que uma Rede de Formação Superior Indígena na modalidade a distância supriria essa necessidade e serviria para o acesso a um Curso de Formação Superior em uma das línguas indígenas de Roraima de modo a superar as dificuldades já mencionadas.

Foi nesse intuito que surgiu o Instituto de Formação Superior Indígena Insikiran na UFRR, com o interesse e finalidade de compreender a realidade dos diferentes povos indígenas de Roraima e viabilizar diferentes estratégias e políticas públicas que se adequem a necessidade desses acadêmicos. Cohen, Fonseca e Carvalho (2016) ressaltam o seguinte:

O Instituto Insikiran é uma Unidade Acadêmica da UFRR que se caracteriza pela atuação política-pedagógica de formação para os povos indígenas do estado de Roraima no campo da educação específica, diferenciada e intercultural.

A instituição promove ensino, pesquisa e extensão oferecendo atividades de formação à população indígena em geral, visando divulgar os princípios de interculturalidade e a

realidade dos povos indígenas: a) Promovendo a valorização dos saberes indígenas no processo de construção de conhecimentos nos cursos de graduação e preparação para a pós-graduação no âmbito do Instituto por meio do diálogo com os povos indígenas e sociedade em geral; b) Produzindo conhecimentos para subsidiar a formulação de políticas públicas em atenção aos povos indígenas e a sociedade em geral; c) Articulando as teorias e práticas na formação e atuação dos alunos indígenas; d) Dialogando com os povos indígenas na construção da educação intercultural; e) Assessorando a elaboração e revisão de propostas político-pedagógicas e curriculares das escolas indígenas, bem como apoiar a formação profissional técnica no âmbito da educação básica nas escolas indígenas por meio de projetos específicos (COHEN; FONSECA; CARVALHO, 2016, p.272-273).

Segundo Cohen, Fonseca e Carvalho (2016) o Insikiran tem suma importância para a busca de respostas políticas e sociais na administração relativa à formação superior na UFRR abrangendo reivindicações indígenas em Roraima, tonando-se:

[...] um centro de discussões sobre as problemáticas indígenas e espera-se também que se torne um centro de alto nível para formação de professores e estudantes indígenas e busque gerar condições para que os mesmos sujeitos do processo possam elaborar programas de estudos atualizados que levem as alternativas para os desafios que as comunidades enfrentam na atualidade (COHEN; FONSECA; CARVALHO, 2016, p.273).

Vale esclarecer conforme Baptaglin (2017), que a formação superior das instituições acadêmicas deve viabilizar mediações que se amoldem às realidades presentes nas diversidades culturais das sociedades atuais. Essas novas necessidades devem atuar de modo a não só promover um diálogo amplo de contato, mas personificar políticas públicas que se apresentem como soluções para essas novas exigências formativas.

À medida que os dados forem sendo apresentados, ficará mais claro o que tem sinalizado esses contextos da pesquisa. Mas, deve ser considerado que, com base nas declarações feitas pela Coordenadora do NEaD/UFRR, há tanto viabilidade como necessidade de uma Rede de Formação Superior em Língua Indígena, que poderia ser ofertada pela UFRR.

CENÁRIOS CONSTRUTORES

Ao tratarmos dos Cenários Construtores, estamos trazendo os contextos que se apresentam como reveladores da importância da disponibilidade um Curso de Formação Superior em uma das línguas indígenas de Roraima a distância para os alunos da UFRR e indicadores da existência de uma estrutura que possibilitaria a disponibilização deste curso a distância por esta instituição pública.

Referente à **Viabilidade** da estruturação de um Curso EAD de Formação superior em em uma das línguas indígenas de Roraima, Ramos (2018) pontou dois motivos: “1. *A valorização das Línguas Indígenas de Roraima e, 2. A perpetuação das Línguas Nativas de Roraima*”. Braggio (2001) destaca bem a necessidade de disponibilidade de cursos de aprendizado e prática de línguas indígenas brasileiras ao enfatizar que tal atitude pode proporcionar a manutenção desse traço cultural destes povos que compõem a matriz étnica de nosso país. Compreender essas demandas também é papel das instituições de formação superior de nosso país.

Compreender a viabilidade de um curso de Formação Superior indígena em uma das línguas indígenas de Roraima está diretamente amoldado a este novo paradigma que desconstrói limitações de acesso à formação superior e reestrutura aquilo que agora apresenta-se como um novo olhar sobre a profissionalização daqueles que quiserem compreender mais sobre uma das línguas dos povos indígenas de Roraima.

Sobre isto, Oliveira (2003, p.39) informa que a Declaração dos Direitos Linguísticos, mais precisamente em seus artigos 46 estabelece que “toda comunidade linguística tem direito à preservação de seu patrimônio linguístico e cultural”.

De igual modo, Santos (1975) esclarece que as instituições de ensino superior devem ofertar possibilidade de formação acadêmica voltada as necessidades de povos com constituição étnica, histórica e cultural altamente diversificadas, como a exemplo dos povos indígenas de Roraima. Isso só vem a enobrecer os direitos diversificados das minorias.

Maher (2007), também tecendo comentários sobre a formação superior de professores que tratem sobre Língua indígena, destaca que não há com se considerar diversidades culturais sem abranger possibilidades, aos povos indígenas, de conhecerem, entenderem e dominarem a língua de seus antepassados. Somente desta forma se poderia permitir a conservação e uma revitalização cultural tão necessários a esses indivíduos.

O Estatuto do Índio Lei n.º 6.001/73 prioriza o uso da Língua Materna como uso de educação indígena, evidenciando ainda mais a necessidade de que sejam criados Cursos de Formação Superior para esta demanda social de alunos indígenas (BRASIL, 1973). Assim, somando diferentes contextos e oportunidades, é que este estudo assume essa proposta de considerar a disponibilidade de um Curso de Formação Superior de Língua Idígena a ser disponibilizado pelo Insikiran conjuntamente com o NEaD da UFRR.

Referente às **Possibilidades evidenciadas**, Ramos (2018), nos coloca que já existe *uma parceria da instituição com a UNIVIRR e que “esta parceria seria possível visto que o NEaD operacionaliza a realização de sua rede de cursos como este, atendendo à demandas de diferentes departamentos da UFRR”*. Isto poderia atender até mesmo campus que estivessem localizados no interior do Estado.

Diferentes povos devem ter seus interesses representados, personificando essas necessidades em uma atitude ampla das instituições de formação superior. Santos (2011) afirma que as universidades, no atual momento, devem viabilizar o protagonismo de seus participantes em formação sendo que, não estando estes presentes ou representados dentro de seus mais diferentes setores formativos, está não deve estar inerte ao clamor de suas vozes. Muito pelo contrário, deve concretizar recursos, ferramentas e instrumentos que personifiquem seus anseios e necessidades. Somente desta forma se criariam universidades autônomas e representativas.

As alegações da Coordenadora do NEaD **são muito salutares ao sinalizar que seria possível a disponibilidade de um Curso de Formação Superior** em uma das línguas indígenas de Roraima em parceria com a UNIVIRR, atuando em parceria com o Instituto Insikiran, correspondendo a esta demanda do momento presente de uma clientela que nem sempre terá meios e recursos para obterem essa formação na capital do Estado.

Santos (2004) avalia que as instituições de formação superior devem descentralizar o conhecimento, viabilizando encontros de formação no sentido de não privilegiar apenas alguns grupos, ou hegemonizar seus acessos de modo a tornar esquecidas minorias também detentoras dos mesmos direitos. A vivência acadêmica e sua rede integrada de ações e políticas de acesso devem ampliar horizontes para a criação não só de diferentes conhecimentos e saberes, mas seu leque a representações e respostas para ampla formação profissional. Isso se adequa àquilo que está diretamente compreendido como política integral de formação acadêmica.

Alvim (1995) descreve que essa abertura democrática às demandas presentes nas diferentes realidades sociais daqueles que necessitam de formação acadêmica é o que torna efetiva as políticas públicas de acesso ao ambiente acadêmico de modo a compor, nos diferentes setores profissionais,

indivíduos que realmente são detentores de suas autonomias cidadãs e participativas. Isto é o que tornaria de modo mais evidente o papel do espaço integrado da realidade de uma formação superior.

Somente por meio dessas atitudes institucionais e pedagógicas, de acordo com o que afirma Soriano Ayala (2001) se poderá assumir uma luta mais ampla contra a segregação, o isolamento e a deterioração da identidade cultural presente nos pluralismos culturais, tal qual o presente nos povos indígenas de Roraima. Assim, esse estudo, em um olhar específico para as considerações do NEAD da UFRR sinaliza alguns pontos interessantes que poderão reverberar nos outros setores que buscaremos investigar.

Pensar no acesso à cultura e a língua indígena é um fator primordial no Estado de Roraima e, adentrar nessas questões sinaliza um olhar para o patrimônio histórico-cultural do Estado que, em seus diferentes cenários desenvolveu e vem desenvolvendo alternativas importantes para a cultura local.

Com base nas proposições feitas pelo NEAD/UFRR podemos sinalizar alguns caminhos que poderão ser percorridos ao longo da investigação. Assim, cientes que os questionários que virão do Insikiran/UFRR potencializarão esta pesquisa, buscamos neste momento trazer alguns direcionamentos que serão amadurecidos e fortalecidos no desenvolvimento da pesquisa.

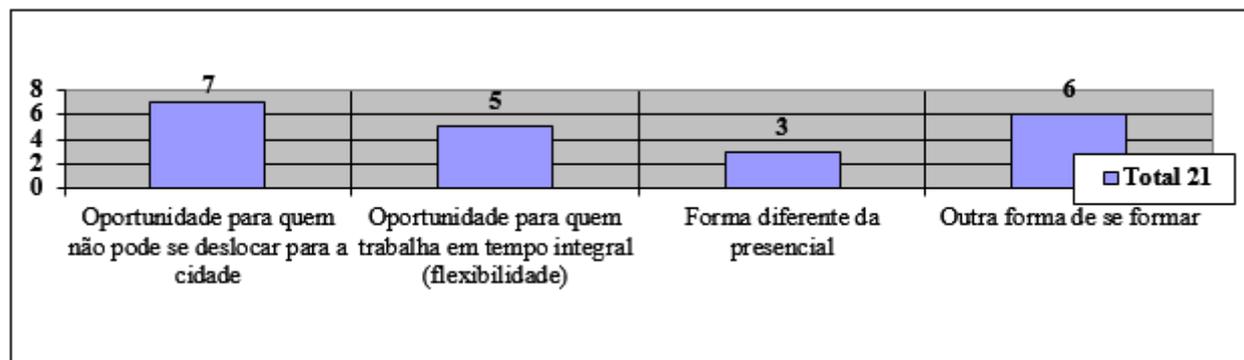
3.1 A constatação de uma demanda por um Curso de Formação Superior em Língua Indígena sinalizada nas informações dos alunos de uma turma de alunos do Insikiran/Ufrr.

A turma onde foram obtidos dados favoráveis á pesquisa foi a Turma de Gestão em Saúde Coletiva 2019.1 do Insikiran/UFRR. Foram aplicados 21 questionários. 20 alunos que responderam ao questionário B5 assinaram o TCLA, no entanto, um dos alunos não assinou, no entanto, preencheu todo o questionário com respostas favoráveis à pesquisa.

O item 1, diz respeito à qualificação pessoal do aluno e a qual turma pertence e semestre no Instituto Insikiran.

Adiante, compreenderemos um pouco melhor essas informações:

Gráfico 1. - Questão 2. (Sobre a Formação Superior a Distância) Qual a importância da Educação a Distância para as Instituições de Formação Superior no Brasil?



Fonte: Elaboração do Autor (2019)

Dessa forma, entre as 21 respostas à questão, foram obtidas quatro perspectivas de respostas:

1) Oportunidade para alunos indígenas que não podem se deslocar à capital (Boa Vista) para obterem uma formação superior – indicado por 07 dos entrevistados como sendo o motivo pelo qual se torna importante a Educação a Distância para as Instituições de Formação Superior no Brasil.

Este quantitativo representando **33,3%** dos que responderam ao questionamento 2.

2) Oportunidade para quem trabalha em tempo integral (flexibilidade) – indicado por 05 dos entrevistados como sendo o motivo pelo qual se torna importante a Educação a Distância para as Instituições de Formação Superior no Brasil.

Este quantitativo representa **23,5%** dos que responderam ao questionamento 2.

3) Forma diferente da modalidade presencial - indicado por 03 dos entrevistados como sendo o motivo pelo qual se torna importante a Educação a Distância para as Instituições de Formação Superior no Brasil.

Este quantitativo representa **14,28%** dos que responderam ao questionamento 2.

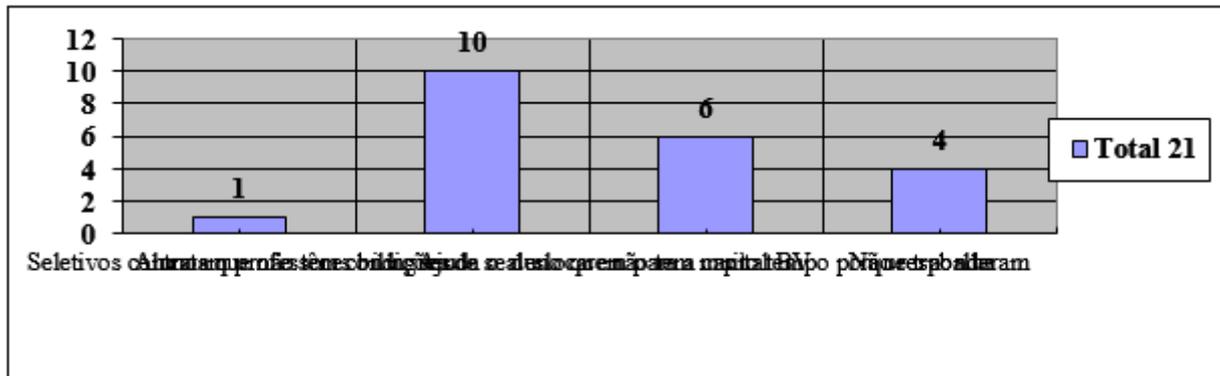
4) Forma diferente da modalidade presencial - indicado por 06 dos entrevistados como sendo o motivo pelo qual se torna importante a Educação a Distância para as Instituições de Formação Superior no Brasil.

Este quantitativo representa **28,57%** dos que responderam ao questionamento 2.

Deste cenário, se pode perceber que sim, é muito importante a modalidade EAD para a formação de alunos no ensino superior, sendo que prevaleceu dois motivos entre os 21 alunos do Curso de Gestão em Saúde Coletiva entrevistados, a primeira que é oportunidade para alunos que não podem se deslocar até a capital de Roraima, com 33,3% dos entrevistados, e a segunda, que é o fato de esta modalidade permitir uma outra forma de se formar, com 28,57% dos que responderam ao Questionamento 2.

Santos (2006) identifica que a EAD cada vez mais tem feito parte do mundo moderno e tem servido como um modo bastante flexível para diferentes perspectivas de formação acadêmica e educacional. Compreender esses contextos pode servir como um recurso facilitador para experiências bastante significativas para alunos que não poderia se formar que não fosse desta forma. Em muitos casos a EAD é um divisor de águas na formação profissional dessas pessoas.

Gráfico 2. Questão 3. (Sobre a demanda por um curso de Formação Superior Intercultural Indígena a Distância) **Existe uma demanda dos alunos indígenas que residem no interior de Roraima por um Curso de Formação Acadêmica Indígena a distância? Se sim, por quê?**



Fonte: Elaboração do Autor (2019)

Entre as 21 respostas à questão, foram obtidas quatro perspectivas de respostas:

1) Seletivos contratam professores bilíngues – indicado por 01 dos entrevistados como sendo o motivo gerador de uma demanda de alunos indígenas por um Curso de Formação Superior a Distância.

Este quantitativo representa 4,76% dos que responderam ao questionamento 3.

2) Alunos que não têm condições de se deslocarem para a Capital BV – indicado por 10 dos entrevistados como sendo o motivo gerador de uma demanda de alunos indígenas por um Curso de Formação Superior a Distância.

Este quantitativo representa 47,61% dos que responderam ao questionamento 3.

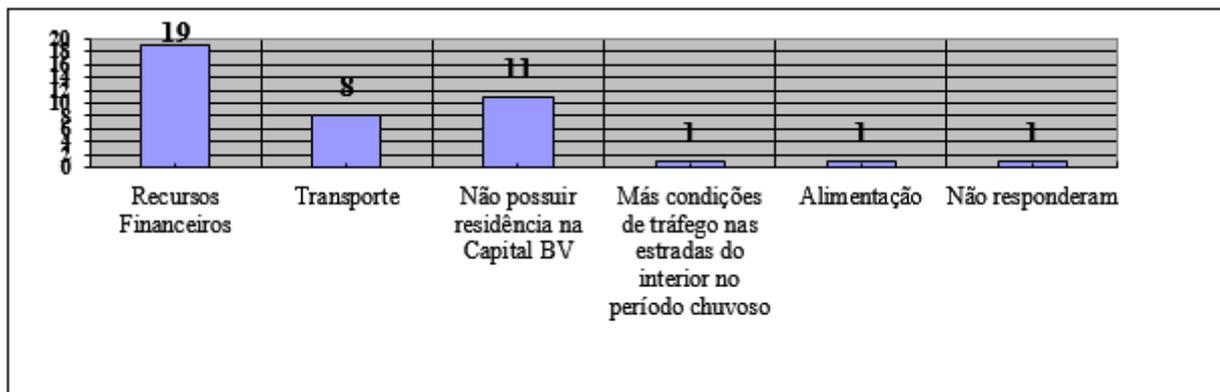
3) Ajuda o aluno que não tem muito tempo porque trabalha – indicado por 06 dos entrevistados como sendo o motivo gerador de uma demanda de alunos indígenas por um Curso de Formação Superior a Distância.

Este quantitativo representa 28,57% dos que responderam ao questionamento 3.

4) 04 alunos não responderam. O que representa 9,5% dos alunos do total de 21. Deve ser frisado que todos esses alunos que não responderam citando pelo menos um exemplo, à Questão 4: “Quais seriam as dificuldades mais presentes, em sua opinião, que têm impedido indígenas de virem até a capital Boa Vista, para cursarem um curso de formação superior? Cite pelo menos uma delas.”

A maioria dos entrevistados entende que sim, há uma demanda (conforme a Questão 3.) dos alunos indígenas que residem no interior de Roraima, por uma formação acadêmica indígena a distância. Conforme Cunha (2012) e Longaray (2014) a EAD surge com uma oportunidade de democratização do acesso ao ensino superior, visto que equilibra relações que seriam inviáveis devidos a fatores conexos como economia, transporte e flexibilidade de horário. O mercado de trabalho cada vez mais exigente necessita de adequação entre a realidade do aluno e sua perspectiva pessoal por se manter. Partindo deste compromisso, a EAD favorece uma melhor flexibilização do ensino superior sem, no entanto, corresponder à uma qualificação técnico-profissional inferior à modalidade presencial.

Gráfico 3. Questão 4. (Sobre as dificuldades que estariam impedindo alunos indígenas de virem à Boa Vista cursar um Curso de Formação Superior) **Quais seriam as dificuldades mais presentes, em sua opinião, que têm impedido os alunos indígenas de virem até a capital Boa Vista, para cursarem um Curso de Formação Superior? Cite pelo menos duas.**



Fonte: Elaboração do Autor (2019)

Na Questão 4. os alunos deveriam indicar pelo menos duas dificuldades, caso houvesse, que em suas opiniões seriam motivo que impedem alunos indígenas de cursarem um Curso de Formação Superior na capital BV (RR). Não haverá porcentagens do total, visto que não há um só motivo, mas, mais de um a serem indicados pelos alunos.

19 alunos responderam que “Recursos Financeiros” é o principal motivo que impede alunos indígenas de virem à capital para obterem uma formação superior.

11 alunos responderam que “Não possuir residência na Capital BV” é o segundo principal motivo que impede alunos indígenas de virem à capital para obterem uma formação superior.

08 alunos responderam que “Transporte” é o terceiro motivo que impede alunos indígenas de virem à capital para obterem uma formação superior.

01 aluno disse que a “Alimentação” seria um dos motivos que impede alunos indígenas de virem à capital para obterem uma formação superior, sendo que o aluno não esclareceu se seria referente aos recursos financeiros para aquisição de alimentação, ou a diferença entre a alimentação que esse aluno indígena consumiria na capital ser bem diferente daquilo que consome na sua comunidade.

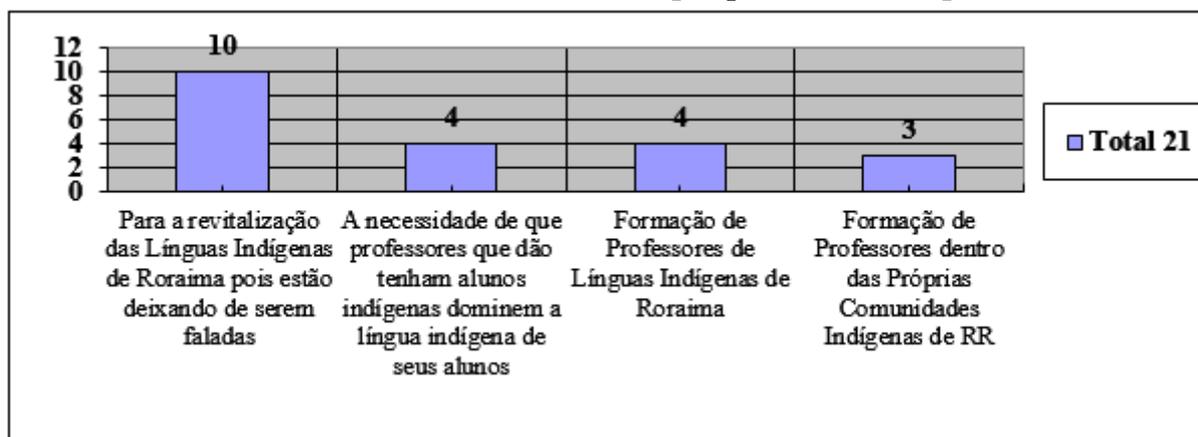
01 aluno não respondeu à Questão 4.

Tiballi e Chaves (2002), dizem que as políticas públicas educacionais devem se adequar à necessidade dos alunos, suas limitações, suas possibilidades sejam elas sociais, sejam elas culturais. Diante desse cenário, a formação superior deve viabilizar, como a exemplo da EAD, o acesso a um curso de formação superior que esteja dentro daquilo que é necessário à realidade do aluno, sua cultura e até mesmo suas vivências pessoais, como o descrito pelos alunos do Curso de Gestão em Saúde Coletiva 2019.1 do Insikiran/UFRR.

Um dos alunos Almeida (2019) disse que: “na maioria das vezes é inviável para o aluno indígena, sair de sua região” disse ainda que são motivos que impedem o aluno de vir a capital obter uma formação superior “[...] transporte e as condições das estradas em tempos de chuva”.

Santos, Oliveira e Junqueira (2016) descrevem que um dos fatores determinantes da EAD é a criação de cenários para o conhecimento, superando barreiras geográficas, disponibilidade de tempo em razão do aluno trabalhar maior parte de seu dia e ainda questões financeira, visto que os cursos desta modalidade, em sua grande maioria, possuem mensalidades menores que os das graduações presenciais.

Gráfico 4. Questão 5 (Sobre a importância, para os alunos, da disponibilidade de um Curso de Formação Superior em pelo menos uma das línguas indígenas de Roraima na modalidade a distância a ser ofertado pela UFRR) – **Cite um motivo pelo qual seria importante para os alunos da UFRR, a disponibilidade de um curso de Formação Superior em Língua Indígena na modalidade a distância. Se não houver, descreva, porque não seria importante.**



Fonte: Elaboração do Autor (2019)

Na Questão 5, os alunos deveriam citar um motivo pelo qual seria importante para os alunos indígenas e não indígenas da UFRR, a disponibilidade de um Curso de Formação Superior na modalidade a distância em pelo menos uma das Línguas Indígenas de Roraima. Se não houver um motivo, descreva porque não seria importante.

Entre as 21 respostas à questão, foram obtidas quatro perspectivas de respostas:

1) Para a revitalização das Línguas Indígenas de Roraima, pois estão deixando de serem faladas – indicado por 10 dos entrevistados como sendo um motivo pelo qual seria importante para os alunos da UFRR, a disponibilidade de um curso de Formação Superior em Língua Indígena na modalidade a distância.

Este quantitativo representa 47,61% dos que responderam ao questionamento 5.

2) A necessidade de que professores que dão tenham alunos indígenas dominem a língua indígena de seus alunos – indicado por 04 dos entrevistados como sendo um motivo pelo qual seria importante para os alunos da UFRR, a disponibilidade de um curso de Formação Superior em Língua Indígena na modalidade a distância.

Este quantitativo representa 19,04% dos que responderam ao questionamento 5.

3) Formação de Professores de Línguas Indígenas de Roraima – indicado por 04 dos entrevistados como sendo um motivo pelo qual seria importante para os alunos da UFRR, a disponibilidade de um curso de Formação Superior em Língua Indígena na modalidade a distância.

Este quantitativo representa 19,04% dos que responderam ao questionamento 5.

4) Formação de Professores dentro das Próprias Comunidades Indígenas de RR – indicado por 03 dos entrevistados como sendo um motivo pelo qual seria importante para os alunos da UFRR, a disponibilidade de um curso de Formação Superior em Língua Indígena na modalidade a distância.

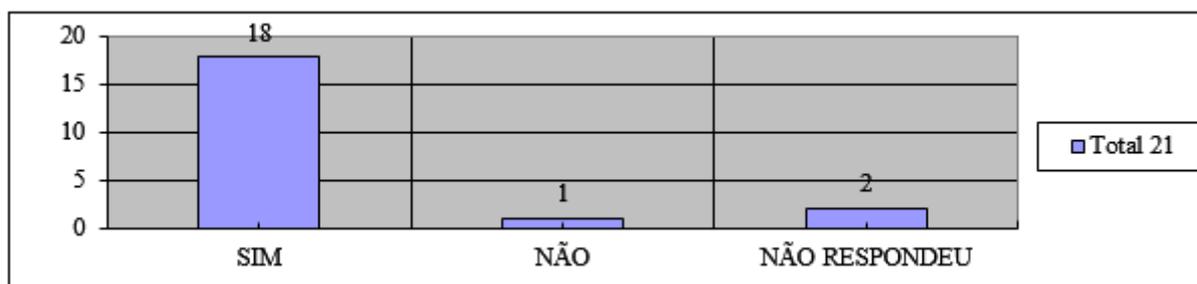
Este quantitativo representa 14,28% dos que responderam ao questionamento 5.

A maioria dos entrevistados 47,61% entende que o principal motivo para a oferta de um curso na modalidade a distância aos alunos da UFRR, seria a revitalização das Línguas Indígenas de Roraima, pois estão deixando de serem faladas. Em segundo lugar, dois motivos obtiveram maior prevalência entre os demais: a) A necessidade de que professores que dão tenham alunos indígenas dominem a língua indígena de seus alunos e, b) Formação de Professores de Línguas Indígenas de Roraima, ambos com 19,04% do total.

Relembremos que mesmo ocorrendo o fato de que 04 alunos não responderam a pergunta do Gráfico 02. Questão 3 – “*Existe uma demanda dos alunos indígenas que residem no interior de Roraima por um Curso de Formação Acadêmica Indígena a distância? Se sim, por quê?*”, estes mesmos alunos expuseram motivos pelos quais seria importante ter um Curso de Formação Superior Indígena a Distância, indicando que, de algum modo, há realmente uma demanda neste sentido.

Bernardi (2011) define que no atual momento histórico é muito necessária a formação de professores indígenas, visando a manutenção de sua cultura e reafirmação da construção dos elementos que correspondem aquilo que é tido como identidade indígena nacional. Permitir esse protagonismo e garantir um tratamento equitativo e harmônico no exercício da cidadania desses indivíduos.

Gráfico 5. Questão 7 (Sobre a estrutura do NEaD e a parceria com a UNIVIRR (polos no interior) – Você entende que a estrutura do NEaD em parceria com a estrutura da UNIVIRR (polos no interior) poderia viabilizar a disponibilidade de um Curso de Formação Superior em pelo menos uma das Línguas Indígenas dos povos de Roraima, na modalidade a distância, ligado diretamente ao Insikiran/UFRR?



Fonte: Elaboração do Autor (2019)

Neste questionamento (Questão 7.) os alunos foram perguntados se a estrutura do NEaD serviria para criar nos polos do interior pelo menos um Curso de Formação Superior em Língua Indígena que poderia ser ligado ao Insikiran. 18 alunos, que corresponde a 85,71% destes disse que sim, essa estrutura permitira a criação dessa rede de Formação Superior em Língua Indígena. 02 alunos não responderam, correspondendo a 9,52% do total de entrevistados. Apenas um aluno não respondeu a questão, correspondendo a apenas 0,21% dos 21 alunos entrevistados. Scriptori (2004) esclarece que cada vez mais as universidades contemporâneas devem identificar possibilidade e contextos que construam sociedades do conhecimento. Isto envolve alto grau de capacitação formativa e um melhor gerenciamento de políticas administrativas que somam esforços para acompanhar o desenvolvimento tecnológico da realidade atual. A EAD, neste contexto, pode privilegiar a realização, por meio de uma estrutura mínima de mídias, currículos e material humano que amplie redes de formação acadêmica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em respeito à diversidade de formação étnica de Roraima, mais especificamente relativa aos povos indígenas, esta instituição de formação superior criou no ano de 2009⁷, por meio Resolução 009/2009-CUni (UFRR, 2009) o Núcleo Insikiran que veio contribuir para a formação acadêmica e o exercício de uma cidadania intercultural que englobe direitos e liberdades já reconhecidos em demandas internacionais como o direito à vida, a livre determinação dos povos, à justiça, à liberdade, igualdade de tratamento e tutela diante da lei, liberdade de expressão, informação, direitos relativos às minorias étnicas, religiosas e linguísticas bem como a ao exercício e reconhecimento de sua própria cultura. Atualmente este núcleo de formação superior indígena possui três cursos de graduação, a saber: Licenciatura Intercultural criado no ano de 2001, Curso de Bacharelado em Gestão Territorial em 2009 e o Curso de Bacharelado em Gestão de Saúde Indígena, criado no ano de 2012. Todos estes cursos são ministrados por meio de aulas presenciais na capital de Roraima, Boa Vista. Deve ser considerado que a ampla maioria destes acadêmicos é de origem de comunidades indígenas nas mais diferentes partes do Estado, havendo necessidade de que empreguem investimento financeiro com transporte ou ainda habitação, para cursarem suas graduações. Cabe ainda nesse momento introdutório, narrar o fato de que mesmo sendo um indígena urbano (morador de Boa Vista, capital de Roraima), minha mãe deu aula durante anos na Comunidade Indígena do Bananal em Pacaraima onde constantemente a visitava. Ali, pude observar que muitos jovens que residiam naquela localidade tinham que deixar seu povo, sua cultura e comunidade local, para se deslocarem até a capital para obterem algum tipo de formação superior. Lendo uma das

⁷ Disponível em: <http://ufrr.br/insikiran/index.php?option=com_content&view=article&id=60&Itemid=26>. Acesso em 29 de mar. de 2018.

pesquisas feita com relação aos motivos de evasão de indígenas dos cursos disponibilizados pelo Insikiran/UFRR, encontrei o relato de alguns indígenas em uma estudo de Fernandes; Carvalho e Repetto (2009), que descreviam três causas principais de evasão acadêmica desses indígenas: falta de local para residir, falta de transporte para deslocamento e falta de recursos para se manterem na cidade. Isso foi um fator determinante na minha escolha para um curso na modalidade EAD que possa formar professores para suprir essa grande necessidade da prática e manutenção das Línguas Indígenas de Roraima.

Outro contexto que motivou na escolha do tema foi, ainda, nas minhas leituras do material bibliográfico senti a necessidade de efetuar uma entrevista informal por meio de aplicativo de rede social com 05 perguntas introdutórias com dois profissionais que atuam na realidade da manutenção da prática oral e aprendizado das línguas indígenas de Roraima, a professora do Programa de Pós-graduação em nível de mestrado PPGL/UFRR, Dra. Ananda Machado (MACHADO, 2018) e o Professor de Língua Macuxi, Sr. Welinton Costa Mafra (MAFRA, 2018). Mafra (2018) foi meu professor no Curso de extensão de Macuxi no Insikiran, visto que sou indígena deste povo, mas não sou fluente na Língua do meu povo. Destaca-se, por oportuno, que Machado (2018) atua diretamente dentro do Programa de Valorização das Línguas e Culturas do Macuxi e Wapichana de Roraima.

Nessas perguntas uma pergunta se tornou marco principal: “Porque seria importante que os indígenas do atual momento tenham contato e sejam dominantes da Língua fala por seu povo?” Ambos profissionais disseram que as Línguas dos povos indígenas de Roraima estão “morrendo”, pois estão deixando de serem conhecidas e faladas. Mafra (2018) destaca que os “meninos” (referindo-se aos adolescentes) e jovens de hoje sentem vergonha de sua língua nativa. Essa questão de alteridade (e alteridade para mim, envolve familiaridade e sentimento) foi algo que me sensibilizou consideravelmente ao apegar com o tema desta contribuição acadêmica. Sentir-se indígena é sentir e identificar-se como indígena (por sua própria construção identitária e social), ligando-se esses fatores com a prática, uso e domínio desse traço cultural: a língua falada de um povo indígena.

Mais recentemente, dentro dos trabalhos de campo deste estudo, apliquei questionários a alunos de uma turma de Gestão em Saúde Indígena Coletiva do Insikirã e 98% dos entrevistados afirmaram que seria importante a que a UFRR disponibilizasse um Curso de formação superior em pelo menos uma Língua Indígena dos povos de Roraima, vindo a indicar a importância e necessidade de haver uma maior reflexão sobre essa temática.

Este estudo surge como uma possibilidade de aprofundar o conhecimento dessas implicações e oportunidades presentes no mundo com alto desenvolvimento e exigência tecnológica surge como um meio de valorizar mecanismos de formação superior, aproveitando ao máximo estruturas organizacionais com essa finalidade, como aquelas presentes na UFRR, especialmente as do NEaD/UFRR e Insikiran/UFRR.

REFERÊNCIAS

ALVAREZ, R. CDI amplia parcerias em prol da inclusão digital. In: **Associação Brasileira de Ações Não-Governamentais, uma rede a serviço de um mundo mais justo, solidário e sustentável**. 2004. Disponível em: <http://www.abong.org/novosite/informes_pag.asp?cdm=1922>. Acesso em 14 de mar. de 2018.

ALVIM, G. **Autonomia Universitária e Confessionalidade**. 2ª edição. Piracicaba-SP: Unimep, 1995.

BRASIL. **Lei Nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973. Estatuto do Índio**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6001.htm>. Acesso em: 31 de dez. de 2018.

_____, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.

- _____, Ministério da Educação. **Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas**. Brasília: MEC, 1998.
- _____, **Parecer 14/99 do Conselho Nacional de Educação**. Conselho Nacional de Educação – Câmara de Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Escolar Indígena. Brasília – DF, 1999.
- _____, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Características gerais dos indígenas no Censo Demográfico 2010 – resultados do Universo**. Rio de Janeiro, 2012.
- BOBBIO, N. **A Era dos Direitos**. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. Editora Campus. Rio de Janeiro, 1992.
- BUCCI, M. P. D. **Direito administrativo e políticas públicas**. São Paulo: Saraiva, 2002.
- BANIWA, G. J. S. L. **Entrevista concedida a Trilhas de Conhecimentos**. Brasília, 2008. Disponível em < http://www.trilhasdeconhecimentos.etc.br/mato_grosso_do_sul/index.html. Acesso em: 14 de set. de 2018.
- _____, **Territórios etnoeducacionais: um novo paradigma na política educacional brasileira**. In: CONAE, 2010, Brasília. Anais. Brasília, DF: MEC, 2010.
- _____, **Indígenas no Ensino Superior: Novo Desafio para as Organizações Indígenas e Indigenistas no Brasil**. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE AMERICANISTAS, 53., 2009, México. Anais... México, 2009.
- BAPTAGLIN, L. A. **Aprendizagem na Docência: um olhar ara os cursos técnicos de ensino médio integrado**. Apris, 1ª Ed. Curitiba: 2017, 239 p.
- BERNARDI, L. T. M. dos Santos. Formação continuada em matemática do professor indígena Kaingang: enfrentamentos na busca de um projeto educativo. **Tese (Doutorado)** – Universidade Federal de Santa Catarina, 2011. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/95735>>. Acesso em: 01 de mai. de 2019.
- BRAGGIO, S. L. B. **Políticas e direitos linguísticos dos povos indígenas brasileiros**. (Projeto Contato entre línguas: Línguas indígenas brasileiras em contato com o português). Pós-Doutorado, University of New Mexico, 2001.
- CALDERÓN, A. I. Responsabilidade social universitária: contribuições para o fortalecimento do debate no Brasil. **Revista da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior**, Brasília, v.24, n. 36, p. 7-22, jun. 2006. Edição Especial.
- CANCLINI, N. G. **Diferentes, desiguales y desconectados: mapas de la interculturalidad**. Buenos Aires: Gedisa, 2004.
- COHEN, G. V.; FONSECA, T.; CARVALHO, C. A. M. (Orgs). **Gestão e Pesquisa: caminho e aprendizagem**. Ed. UFRR, Boa Vista, 2016, 289 p.
- COMPARATO, F. K. Ensaio sobre o juízo de constitucionalidade de políticas públicas. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, Senado Federal, n.138, p.39-48, abr./jun. 1998.
- CUNHA, J. J. C. Educação superior e o ensino a distância: percepção dos discentes e tutores sobre o ensino presencial e semipresencial de uma IES em Mossoró – RN. 2012. 150f. **Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação)** - Universidade Lusófona de Tecnologias E Humanidades. 9 Lisboa. 2012.
- FERNANDES, M. L. Indígenas no ensino superior: vagas específicas na UFRR. In: REPETTO, M.; FERNANDES, M. L.; NEVES, L. (Org). **Universidade inconclusa: os desafios da desigualdade**. Boa Vista: Editora UFRR, 2008.
- FERNANDES, F. F. O uso de tecnologias digitais na modalidade EaD: um estudo sobre cursos de formação inicial de professores de matemática. **Dissertação (Mestrado em Educação Matemática)** – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Campo Grande, MS, 2014, 139p.
- FRANK, E.H.; CIRINO, A. C. Desteritorialização e Re-territorialização dos Povos Indígenas de Roraima: Uma Revisão Crítica. In: BARBOSA, I. R.MELO F. V. (Org). **Roraima: Homem, Ambiente e Ecologia**. Boa Vista: FEMACT, 2010.p.11 – 31.
- HAGE, S.M. Movimentos sociais do campo e educação: referências para análise de políticas públicas de educação superior. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 8, n. 1, p.133-150, 2014.
- LONGARAY, A. N. C. Estratégias para Educação a Distância: um olhar a partir dos estados de ânimo do aluno. 2014. 160f. **Dissertação (Mestrado em Educação)** – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2014.

- MACHADO, A. **Entrevista concedida por meio de aplicativo de rede social em 02 de maio de 2018.** Boa Vista, 2018.
- MAFRA, C. W. **Entrevista concedida por meio de aplicativo de rede social em 25 de maio de 2018.** Boa Vista, 2018.
- MAHER, T., M. Do casulo ao movimento: a suspensão das certezas na educação bilíngüe e intercultural. In: CAVALCANTI, M.; BORTONI-RICARDO, S. M. (Orgs.). *Transculturalidade, linguagem e educação.* Campinas, SP: Mercado de Letras, 2007. p. 67-94.
- MORAN, J. M.; MASETTO, M. T.; BEHRENS, M. A. A. **Novas tecnologias e mediação pedagógica.** 6. ed. Campinas, SP: Papirus, 2003.
- OLIVEIRA, G. M. O que quer a linguística e o que se quer da linguística: a delicada questão da assessoria linguística no movimento indígena. **Caderno Cedes**, Campinas, v. 19, n. 49, p. 26-38, 1999. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-32621999000200004>
- PALADINO, M. (compiladoras) **Educación escolar indígena: investigaciones antropológicas en Brasil y Argentina.** Buenos Aires: Antropofagia: 2012, pp. 279-295.
- PAULINO, M. M. Povos indígenas e ações afirmativas: o caso do Paraná. 2008. 140f. **Dissertação** (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.
- PEDONE, L. **Formulação, implementação e avaliação de políticas públicas.** Brasília: UnB, 1984.
- PERRENOUD, P. **Aprender a negociar a mudança em educação.** Porto: Edições Asa, 2002.
- ROMANOWSKI, J. P.; ENS, R. T. As pesquisas denominadas do tipo “estado da arte” em educação. **Diálogo Educ.**, Curitiba, v.6, n.19, 2006, p.37-50. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/1891/189116275004/>>. Acesso em: 01 de out. de 2018.
- SANTOS, B. S. (Org.). **Conhecimento prudente para uma vida decente. Um discurso sobre as ciências revisitado.** São Paulo: Cortez, 2004.
- _____, **A Universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade.** Cortez, 3ª Ed. São Paulo, 2011, 118 p.
- SANTOS, S. C. **Educação e sociedades tribais.** Porto Alegre: Movimento, 1975.
- SANTOS, A. O.; OLIVEIRA, G. S. de; JUNQUEIRA, A. M. R. A tutoria em educação a distância: um estudo de caso sobre a função dos tutores a distância. **Cadernos da Fucamp**, v.15, n. 24, p.19-38, 2016. Disponível em: <http://fucamp.edu.br/editora/index.php/cadernos/article/view/734> Acesso em: 01 de mai. de 2018.
- SCRIPTORI, C. C. (org.) **Universidade e Conhecimento: desafios e perspectivas no âmbito da docência, pesquisa e gestão.** Campinas, SP: Mercado das Letras, 2004. p. 49 - 63. (Coleção Educação e Psicologia em Debate).
- SORIANO, A. E. (coord) **Identidad cultural y ciudadanía intercultural: su contexto educativo.** Editorial La Muralla, S.A. 1ª ed., 1ª imp. Madrid, 2001.
- TARDIF, M.; LESSARD, C. **O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas.** 6ª Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.
- TIBALLI, E. F. A.; CHAVES, S. M. (Org.). **Concepções e práticas em formação de professores.** Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 165-188.
- VALLAEYS, F. O que significa responsabilidade social universitária?. **Revista da Associação Brasileira de Mantenedores de Ensino Superior**, n.24, vol36, 35-56 p.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA – UFFRR. **Resolução CUni n.º 005, de 1º de julho de 2011,** Cria o Núcleo de Educação a distância – NEaD e aprova o respectivo regimento. Roraima, 2011. Disponível em:<<https://www.nead.ufr.br/index.php/documentos/category/5-resolucoes?download=238%3Aresolucao-no-0052011-cuni-cria-o-nucleo-de-educacao-a-distancia--nead-e-aprova-o-respectivo-regimento>>. Acesso em 28 de abr. de 2018.
- ZEICHNER, K. M. **A formação reflexiva de professores: ideias e práticas.** Lisboa: EDUCA, 1993.

Data de submissão: 14/05/2019

Data de aprovação: 20/06/2019